



# BERTIOGA- SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA -  
SÃO PAULO

Supervisor de Ensino

**CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2023**

CÓD: SL-066NV-23  
7908433245407

## Português

1. Questões que possibilitem avaliar a capacidade de Interpretação de texto .....	7
2. conhecimento da norma culta na modalidade escrita do idioma e aplicação da Ortografia oficial .....	8
3. Acentuação gráfica; .....	10
4. Pontuação; .....	11
5. Classes gramaticais; .....	13
6. Concordância verbal e nominal .....	18
7. Pronomes: emprego e colocação e Regência nominal e verbal.....	19

## Conhecimentos Gerais

1. Conhecimentos histórico, geográfico e atualidades sobre o município de Bertioga: Localização geográfica; Aspectos socioeconômicos; Aspectos fisiográficos; Geologia; Recursos hídricos: História: História do município, da emancipação até os dias atuais; principais fatos históricos ocorridos no município. Política: História política do município; Emancipação política; Poder Executivo Municipal; Gestões administrativas; Poder Legislativo Municipal. ....	31
--	----

## Documentos e livros

1. BACICH, Lilian. et al. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015 .....	37
2. CAMARGO, Fausto. DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.....	38
3. CORTELLA, Mario Sergio, A Escola e o Conhecimento: Fundamentos Epistemológicos e Políticos, 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ....	38
4. DOLZ, Joaquim; GAGNON, Roxane; DECÂNDIO, Fabrício, Produção Escrita e Dificuldades de Aprendizagem. 1.ed. Campinas: Mercado de Letras, 2010 .....	44
5. GUENTHER, Zenita Cunha, Desenvolver capacidades e talentos: um conceito de inclusão. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000 .....	45
6. IMBERNÓN, Francisco, Formação Docente e Profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Volume 14. (Coleção Questões da Nossa Época) .....	45
7. KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2012.....	45
8. LUCKESI, Cipriano C., Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Preposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011 .....	46
9. MACEDO, Lino de Capítulos 1, 2, 3, 4, 5 e 10. In: Ensaios Construtivistas. ed. Casa do Psicólogo, 2010. ....	46
10. MORAN, José. BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico prática. Porto Alegre: Penso, 2018. ....	47
11. SACRISTÁN, J. Gimeno. GÓMEZ, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4ª Ed. – Artmed, 1998. ....	47
12. VASCONCELLOS, Celso dos Santos, Indisciplina e disciplina escolar: Fundamentos para o trabalho docente. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.....	47
13. VYGOTSKY, L.S., A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.....	48
14. BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Indagações sobre Currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo, Brasília: Ministério da Educação, 2007. 52 p.,.....	48
15. BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretrizes curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília 2013 .....	49

## Legislação

1. Constituição Federal de 1988 – Capítulo referente à Educação.....	53
2. Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN.....	56
3. Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.....	73
4. Lei nº 10.098 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências BRASIL.....	110
5. Secretaria de Educação Especial.: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva; Brasília, MEC/ SEESP, 2008.....	113

## Conhecimentos Específicos Supervisor de Ensino

1. Base Nacional Comum Curricular - Educação é a base. – Assuntos relacionados à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.....	123
2. ACÚRCIO, Marina Rodrigues Borges (Coord.). A gestão da escola. Porto Alegre: Artmed, 2003.....	134
3. CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.....	134
4. COLL, César. Comunidades de aprendizagem e educação escolar.....	135
5. GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: LOYOLA EDICOES, 2011;.....	135
6. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. Ed. São Paulo: Heccus, 2013.....	135
7. LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012;.....	136
8. MURAMOTO, Helenice Maria Sbrogio. Alternativas para Organização do Trabalho de Supervisão. Em pauta: Artigo da Série Ideias n 16. São Paulo: FDE, 1993.....	136
9. MURICI, Izabela Lanna; CHAVES Neuza. Gestão para Resultados na Educação. 2. ed. São Paulo: Falconi, 2016.....	138
10. RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 20. ed., São Paulo: Cortez, 2011.....	139
11. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto políticopedagógico da escola: uma construção possível. 29. Ed. Campinas: Papirus, 2011. (Magistério).....	139
12. POSSANI, Lourdes de Fátima Paschoaletto; ALMEIDA, Júlio Gomes; SALMASO, José Luis (org.). Ação Supervisora: tendências e práticas. Curitiba: CRV, 2012.....	144
13. Livro Projeto Político Pedagógico: Orientações para o gestor escolar entender, criar e revisar o PPP.....	144

Há pessoas que falam de forma diferente por pertencerem a outras cidades ou regiões do país, ou por fazerem parte de outro grupo ou classe social. Essas diferenças no uso da língua constituem as variedades linguísticas.

Certas palavras e construções que empregamos acabam denunciando quem somos socialmente, ou seja, em que região do país nascemos, qual nosso nível social e escolar, nossa formação e, às vezes, até nossos valores, círculo de amizades e hobbies. O uso da língua também pode informar nossa timidez, sobre nossa capacidade de nos adaptarmos às situações novas e nossa insegurança.

A norma culta é a variedade linguística ensinada nas escolas, contida na maior parte dos livros, registros escritos, nas mídias televisivas, entre outros. Como variantes da norma padrão aparecem: a linguagem regional, a gíria, a linguagem específica de grupos ou profissões. O ensino da língua culta na escola não tem a finalidade de condenar ou eliminar a língua que falamos em nossa família ou em nossa comunidade. O domínio da língua culta, somado ao domínio de outras variedades linguísticas, torna-nos mais preparados para nos comunicarmos nos diferentes contextos lingüísticos, já que a linguagem utilizada em reuniões de trabalho não deve ser a mesma utilizada em uma reunião de amigos no final de semana.

Portanto, saber usar bem uma língua equivale a saber empregá-la de modo adequado às mais diferentes situações sociais de que participamos.

A norma culta é responsável por representar as práticas linguísticas embasadas nos modelos de uso encontrados em textos formais. É o modelo que deve ser utilizado na escrita, sobretudo nos textos não literários, pois segue rigidamente as regras gramaticais. A norma culta conta com maior prestígio social e normalmente é associada ao nível cultural do falante: quanto maior a escolarização, maior a adequação com a língua padrão.

Exemplo:

*Venho solicitar a atenção de Vossa Excelência para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminista do Brasil. Refiro-me, senhor presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar este esporte violento sem afetar, seriamente, o equilíbrio fisiológico de suas funções orgânicas, devido à natureza que dispôs a ser mãe.*

### A Linguagem Popular ou Coloquial

É aquela usada espontânea e fluentemente pelo povo. Mostra-se quase sempre rebelde à norma gramatical e é carregada de vícios de linguagem (solecismo – erros de regência e concordância; barbarismo – erros de pronúncia, grafia e flexão; ambiguidade; cacofonia; pleonismo), expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua. A linguagem popular está presente nas conversas familiares ou entre amigos, anedotas, irradiação de esportes, programas de TV e auditório, novelas, na expressão dos estados emocionais etc.

### Dúvidas mais comuns da norma culta

#### Perca ou perda

Isto é uma perda de tempo ou uma perca de tempo? Tomara que ele não perca o ônibus ou não perda o ônibus? Quais são as frases corretas com perda e perca? Certo: Isto é uma perda de tempo.

#### Embaixo ou em baixo

O gato está embaixo da mesa ou em baixo da mesa? Continuarei falando em baixo tom de voz ou embaixo tom de voz? Quais são as frases corretas com embaixo e em baixo? Certo: O gato está embaixo da cama

#### Ver ou vir

A dúvida no uso de ver e vir ocorre nas seguintes construções: Se eu ver ou se eu vir? Quando eu ver ou quando eu vir? Qual das frases com ver ou vir está correta? Se eu vir você lá fora, você vai ficar de castigo!

#### Onde ou aonde

Os advérbios onde e aonde indicam lugar: Onde você está? Aonde você vai? Qual é a diferença entre onde e aonde? Onde indica permanência. É sinônimo de em que lugar. Onde, Em que lugar Fica?

#### Como escrever o dinheiro por extenso?

Os valores monetários, regra geral, devem ser escritos com algarismos: R\$ 1,00 ou R\$ 1 R\$ 15,00 ou R\$ 15 R\$ 100,00 ou R\$ 100 R\$ 1400,00 ou R\$ 1400.

#### Obrigado ou obrigada

Segundo a gramática tradicional e a norma culta, o homem ao agradecer deve dizer obrigado. A mulher ao agradecer deve dizer obrigada.

#### Mal ou mau

Como essas duas palavras são, maioritariamente, pronunciadas da mesma forma, são facilmente confundidas pelos falantes. Qual a diferença entre mal e mau? Mal é um advérbio, antônimo de bem. Mau é o adjetivo contrário de bom.

#### “Vir”, “Ver” e “Vier”

A conjugação desses verbos pode causar confusão em algumas situações, como por exemplo no futuro do subjuntivo. O correto é, por exemplo, “quando você o vir”, e não “quando você o ver”.

Já no caso do verbo “ir”, a conjugação correta deste tempo verbal é “quando eu vier”, e não “quando eu vir”.

#### “Ao invés de” ou “em vez de”

“Ao invés de” significa “ao contrário” e deve ser usado apenas para expressar oposição.

Por exemplo: Ao invés de virar à direita, virei à esquerda.

Já “em vez de” tem um significado mais abrangente e é usado principalmente como a expressão “no lugar de”. Mas ele também pode ser usado para exprimir oposição. Por isso, os linguistas recomendam usar “em vez de” caso esteja na dúvida.

Por exemplo: Em vez de ir de ônibus para a escola, fui de bicicleta.

#### “Para mim” ou “para eu”

Os dois podem estar certos, mas, se você vai continuar a frase com um verbo, deve usar “para eu”.

Por exemplo: Mariana trouxe bolo para mim; Caio pediu para eu curtir as fotos dele.

Profissional;

- Formação Inicial para o Trabalho – FIT;
- Escolas-referência; - PEAS.

c) Projetos da Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino

- Incluir
- Manualzão vai à Escola.

Compete ao Especialista assistir, orientar, articular, coordenar, acompanhar e avaliar os projetos desenvolvidos nas turmas sob sua responsabilidade.

*Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. GUIA DO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Superintendência de Educação Infantil e Fundamental Diretoria de Ensino Fundamental.*

**ACÚRCIO, MARINA RODRIGUES BORGES (COORD.). A GESTÃO DA ESCOLA. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2003.**

“A Gestão da Escola”, coordenada por Marina Rodrigues Borges Acúrcio e publicada pela Artmed em 2003, é uma obra que aborda com profundidade os diversos aspectos e desafios da administração escolar. Este livro oferece uma visão abrangente sobre a gestão educacional, contemplando desde a organização administrativa até as práticas pedagógicas e o envolvimento com a comunidade.

Um dos pontos fortes do livro é a forma como ele contextualiza a gestão escolar no cenário educacional contemporâneo, reconhecendo as transformações sociais, econômicas e tecnológicas que influenciam as escolas e o processo educativo. A obra destaca a importância de uma gestão eficaz para o sucesso da escola, não apenas em termos de resultados acadêmicos, mas também no desenvolvimento integral dos alunos e na construção de uma comunidade escolar forte e participativa.

Acúrcio e sua equipe de colaboradores abordam temas fundamentais para a gestão escolar, como liderança, planejamento estratégico, tomada de decisões, gestão de recursos, avaliação institucional e comunicação. A obra também discute a relevância do trabalho colaborativo entre professores, administradores, alunos e pais, enfatizando a necessidade de parcerias e de um ambiente escolar que promova o engajamento e a participação ativa de todos os envolvidos.

Um aspecto interessante do livro é a sua abordagem prática. Além de fornecer uma fundamentação teórica sólida, os autores oferecem exemplos concretos, estudos de caso e estratégias aplicáveis ao dia a dia das escolas. Isso torna o livro uma ferramenta útil tanto para administradores escolares experientes quanto para aqueles que estão iniciando sua carreira na gestão educacional.

Outro ponto de destaque é a discussão sobre a importância da inovação e da adaptação às mudanças no contexto educacional. O livro ressalta que os gestores escolares devem estar atentos às novas tendências e desafios, adaptando suas práticas para atender às necessidades de uma sociedade em constante evolução. Isso inclui a integração de tecnologias na educação, o atendimento à diversidade de alunos e a implementação de métodos de ensino que preparem os estudantes para o futuro.

“A Gestão da Escola” também enfoca a dimensão ética e moral da administração escolar. A obra sublinha a responsabilidade social das escolas e a importância de promover valores como justiça, equidade e respeito mútuo, tanto na gestão quanto no currículo.

“A Gestão da Escola” de Marina Rodrigues Borges Acúrcio é uma contribuição valiosa para o campo da administração educacional. Com uma abordagem equilibrada entre teoria e prática, o livro é um recurso essencial para aqueles que buscam entender e melhorar a gestão das escolas, visando uma educação de qualidade e o desenvolvimento integral dos alunos.

**CASTRO, JANE MARGARETH; REGATTIERI, MARILZA (ORG.). INTERAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA: SUBSÍDIOS PARA PRÁTICAS ESCOLARES. BRASÍLIA: UNESCO, MEC, 2010;**

“Interação Escola-Família: Subsídios para Práticas Escolares”, organizado por Jane Margareth Castro e Marilza Regattieri e publicado em parceria com a UNESCO e o MEC em 2010, é uma obra significativa que se debruça sobre a crucial relação entre escolas e famílias. Este livro é um recurso valioso para educadores, administradores escolares e pais, oferecendo uma compreensão aprofundada das dinâmicas e estratégias para fortalecer a parceria entre escola e família.

A obra reconhece a importância fundamental da interação entre escola e família no desenvolvimento educacional e social das crianças. Os autores argumentam que uma colaboração efetiva entre escolas e famílias pode resultar em benefícios significativos para os estudantes, incluindo melhor desempenho acadêmico, maior engajamento escolar e desenvolvimento social mais equilibrado.

Um dos principais focos do livro é explorar as barreiras que frequentemente impedem uma parceria eficaz entre escolas e famílias. Questões como diferenças culturais, socioeconômicas e de comunicação são discutidas, assim como as expectativas e entendimentos que podem surgir de ambos os lados. Os autores oferecem insights sobre como essas barreiras podem ser superadas, enfatizando a necessidade de comunicação aberta, respeito mútuo e compreensão das perspectivas e desafios de cada parte.

“Interação Escola-Família” também aborda estratégias práticas para melhorar a colaboração. Estas incluem a criação de canais efetivos de comunicação, a organização de eventos que promovam a participação familiar na escola e o desenvolvimento de políticas escolares que reconheçam e valorizem a contribuição das famílias. Além disso, os autores destacam a importância de envolver as famílias nas decisões educacionais e no processo de aprendizagem, o que pode ser alcançado através de reuniões de pais e professores, conselhos escolares e atividades de aprendizagem colaborativa.

O livro também enfoca a necessidade de sensibilidade e inclusão, considerando a diversidade das estruturas familiares e contextos culturais. Reconhece-se que diferentes famílias têm diferentes capacidades, recursos e necessidades, e que as escolas devem se esforçar para acomodar essa diversidade em suas práticas de envolvimento familiar.

Além disso, a obra destaca o papel das políticas educacionais na promoção de uma interação eficaz entre escola e família. Os autores discutem como as políticas podem apoiar práticas que incentivem a parceria escola-família, incluindo a formação de professores e administradores para trabalhar efetivamente com as famílias.

norteadores. Finalizaremos discutindo os elementos básicos, da organização do trabalho pedagógico, necessários à construção do projeto político-pedagógico.

**Conceituando o projeto político pedagógico - O que é projeto político-pedagógico?**

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação.

Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente.

Nas palavras de Gadotti: Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas.

As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas.

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que “não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva”.

Por outro lado, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pode parecer complicado, mas trata-se de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola.

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando im pessoal e

racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Desse modo, o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula, ressaltado anteriormente.

Buscar uma nova organização para a escola constitui uma ousadia para os educadores, pais, alunos e funcionários. E para enfrentarmos essa ousadia, necessitamos de um referencial que fundamente a construção do projeto político-pedagógico. A questão é, pois, saber a qual referencial temos que recorrer para a compreensão de nossa prática pedagógica. Nesse sentido, temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica viável, que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação e do ensino de nossa escola.

Uma teoria que subsidie o projeto político-pedagógico e, por sua vez, a prática pedagógica que ali se processa deve estar ligada aos interesses da maioria da população. Faz-se necessário, também, o domínio das bases teórico-metodológicas indispensáveis à concretização das concepções assumidas coletivamente.

Mais do que isso, afirma Freitas que: As novas formas têm que ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força, às vezes favoráveis, às vezes desfavoráveis. Terão que nascer no próprio “chão da escola”, com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola.

Isso significa uma enorme mudança na concepção do projeto político-pedagógico e na própria postura da administração central. Se a escola nutre-se da vivência cotidiana de cada um de seus membros, coparticipantes de sua organização do trabalho pedagógico à administração central, seja o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Estadual ou Municipal, não compete a eles definir um modelo pronto e acabado, mas sim estimular inovações e coordenar as ações pedagógicas planejadas e organizadas pela própria escola.

Em outras palavras, as escolas necessitam receber assistência técnica e financeira decidida em conjunto com as instâncias superiores do sistema de ensino. Isso pode exigir, também, mudanças na própria lógica de organização das instâncias superiores, implicando uma mudança substancial na sua prática.

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.